

Capítulo 1

O NEOLIBERALISMO E AS CRIANÇAS ESQUECIDAS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): POR UMA CRÍTICA DECOLONIAL AO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ademilson de Sousa Soares - UFMG

Douglas Barbosa Werneck - UFMG

Fernanda Câmpera Clímaco - UFMG

Introdução

No andamento de nossas pesquisas, vamos construindo, gradativamente, uma crítica decolonial do currículo da Educação Infantil. Para isso, o exame cuidadoso das políticas curriculares torna-se exigência cada vez mais premente, conforme demonstramos em outro estudo (Soares, 2021). Agrupamos em torno do pensamento “crítico decolonial” pesquisadores que se definem como contracolonial, anticolonial, pós-colonial etc. Estamos cientes de que o termo “decolonial” envolve polêmicas em sua definição, pois a crítica radical ao pensamento eurocentrado não pode nos levar a um estreito provincianismo epistemológico. Sobre tais polêmicas, há os trabalhos de, por exemplo, Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), dentre outros, para considerarmos os marcadores sociais da diferença, típicos dos povos que habitam a América Latina em suas territorialidades e especificidades de classe, gênero, etnia, raça etc. Neste sentido, aponta-se um caminho promissor pelas estudosas que abordam o tema da interseccionalidade a partir do feminismo ne-

gro, como mostram Rodrigues e Freitas (2023). As autoras realizam um balanço da produção e mostram um aumento contínuo de agendas e de pesquisas sobre mulheres negras, debates sobre gênero, raça e negritude, entre os anos de 1992 e 2020, ficando evidente que, após os anos de 2020, esse crescimento se acentuou nas universidades e fora delas.

Sabemos que a necessidade e/ou possibilidade de uma BNCC no Brasil, como país de extensão continental e de grande diversidade sociocultural, tem sido debatida por professores, militantes, sindicalistas, pesquisadores e gestores, como revelam os estudos de Alves (2014) e Sússekind (2014). Uma análise mais ampla sobre o processo de elaboração da BNCC nos leva a crer, de acordo com Coube (2018), que esse processo ocorreu de forma precipitada, para não dizer equivocada. O grupo vencedor do debate nesse território de disputas (Arroyo, 2011; Favacho, 2012) pode ser caracterizado ao mesmo tempo como conservador e neoliberal. Esse grupo, capitaneado pela Fundação Lemann, Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna, dentre outros, busca conjugar a defesa das chamadas habilidades e competências no âmbito do currículo com propostas de avaliação padronizada dos estudantes e dos professores.

A partir dos estudos de Coube (2018), percebemos que, na elaboração e na aprovação da BNCC, o discurso de “neutralidade” defendido por esse grupo esconde, na verdade, o caráter privatista que predominou nesse documento oficial, que aglutina e incorpora “soluções globais” que supostamente foram exitosas em outros países do mundo. Tais soluções, entretanto, são criticadas por diferentes pesquisadores em seus próprios territórios de origem. Desta forma, e não teria como ser diferente disso, o debate da BNCC no Brasil foi carregado de tensões no começo, no meio e no fim. Ou seja, a produção dessa política curricular envolveu diversos atores da cena social e política, prevalecendo, na versão finalmente aprovada no CNE/MEC, os grupos sob influência do neoliberalismo que supostamente defendem a diferença e a diversidade nos países centrais do

capitalismo e aprovam um currículo centralizado e unificado no Brasil.

Segundo Coube (2018), o exame cuidadoso dos “Movimentos Todos pela Educação e Todos pela BNCC” mostra a defesa das parcerias entre agentes públicos e privados como caminho para garantir o direito à aprendizagem, para a valorização docente e para o protagonismo estudantil. O direito de aprender e a garantia da igualdade de oportunidades são defendidos retoricamente. No entanto, as fortes disparidades presentes na sociedade Brasileira continuam camufladas. Portanto, é necessário um processo de equidade, partindo-se do princípio de que todos somos diferentes e temos necessidades individuais, para que a promoção da justiça aconteça, e não simplesmente um processo de igualdade, no qual as diferenças são invisibilizadas, e as desigualdades ficam ainda mais discrepantes (Coube, 2018).

Uma proposta curricular bem articulada e que atende às demandas dos estudantes e das comunidades escolares pode garantir justiça cognitiva e equidade. No contexto da hegemonia neoliberal, entretanto, as crianças ficam submetidas quase inteiramente às demandas externas do mundo adulto do trabalho e da produção. Neste contexto, a educação fica amarrada às lógicas perversas do mercado que retroalimentam o antropocentrismo, o racionalismo e um mundo cada vez mais consumista e individualista (Tiriba; Flores, 2016).

Os movimentos “Todos pela Educação e pela BNCC”, que supostamente garantiriam acesso de todas as crianças a uma educação de qualidade (não podemos nos esquecer que muitas crianças Brasileiras continuam abandonadas), continuam esquecidas em suas demandas, e os anseios destas não são escutados. No caso da BNCC para a Educação Infantil, o processo de elaboração envolveu colegas que, com boa vontade e muito empenho lutaram para garantir um texto em sintonia com as pesquisas e com o movimento social da área, e isso garantiu importantes

conquistas. No entanto, sabemos que na relação entre educação e política ou entre os educadores e a elaboração das políticas públicas, o sujeito nem sempre está na cena. Quando o sujeito está, ele não é soberano, mas passível de influências de interesses externos, interesses econômicos, sociais, culturais, religiosos etc, passível, portanto, de pressões alheias aos seus objetivos. Freire (1987) já nos alertava sobre a necessidade de uma pedagogia que não se submetesse ao egoísmo dos opressores que se apresentam camuflados e escondidos atrás de promessas generosas. Os falsos humanistas tratam os oprimidos como objetos, como alvos de sua necropolítica escondida atrás de discursos de filantropia que, na verdade, funcionam como instrumentos de desumanização.

A partir dessas reflexões iniciais, realizamos um estudo exploratório e analítico das pesquisas catalogadas na **Base de Dados dos estudos da infância na grande área da Educação entre 2000 e 2022** (Soares, 2023). Para busca e localização dos trabalhos que compõem a base de dados, o autor utilizou os termos: “bebê”, “criança” e “infância”, do lado dos sujeitos, e os termos “creche”, “pré-escola” e “educação infantil”, do lado da instituição escolar.

Essa base de dados é constituída de: teses e dissertações, disponíveis no catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); de artigos publicados em periódicos científicos do campo da educação, classificados como *qualis* A1 e A2, e de trabalhos completos apresentados nas reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), publicados entre os anos 2000 e 2022, todos disponíveis on-line, totalizando 4436 trabalhos catalogados. Esse total é composto por: 1824 dissertações; 573 teses; 583 trabalhos completos apresentados na ANPEd e 1456 artigos de periódicos da área das pesquisas em educação. Buscamos, na base de dados, trabalhos que têm a palavra “currículo” em seus títulos e encontramos 160 estudos. Em seguida, procuramos trabalhos que apresentam os ter-

mos “BNCC” e/ou “Base Nacional Comum Curricular” nos títulos, localizando, assim, 25 estudos que versam sobre a BNCC.

A presença marcante do neoliberalismo na BNCC tem gerado reflexões sobre o impacto desse modelo econômico nas políticas educacionais e sobre a necessidade de questionar a ausência e até mesmo o esquecimento, neste debate, das crianças pobres que frequentam escolas públicas. O questionamento dessa ausência revela a necessidade urgente de uma análise crítica sobre como as políticas educacionais, moldadas por princípios neoliberais, podem inadvertidamente marginalizar grupos potenciais de crianças, negligenciando suas necessidades e contribuições únicas. Neste ínterim, entender as razões dessa invisibilidade e os desafios enfrentados por esse silenciamento nas produções acadêmicas sobre o currículo na Educação Infantil é essencial para desenvolver abordagens mais inclusivas e equitativas, a fim de contribuir para a construção de um currículo crítico decolonial que verdadeiramente atenda a diversidade e promova o pleno desenvolvimento de todas as crianças em sua inteireza. Sendo assim, esse capítulo tem como objetivo analisar 25 trabalhos¹ selecionados na **Base de Dados dos estudos da infância** que versam sobre a BNCC, para compreender como o neoliberalismo é ou não é tratado nessas pesquisas.

A participação de pesquisadores do campo da infância na elaboração da parte da BNCC, voltada para a Educação Infantil, não se traduziu ainda em estudos que revelem os meandros das disputas que acontecem quando nos referimos ao currículo escolar. Entre a versão preliminar e a versão finalmente aprovada, “muita água passou por debaixo da ponte”, e precisamos examinar o teor dessa água para evitarmos submeter a educação ao ideário da meritocracia que alimenta o ideário do neoliberalismo entre nós e pelo mundo afora. O esforço de examinar os 25 textos que

1 A lista completa dos trabalhos sobre a BNCC, identificados na base de dados dos estudos da infância, encontra-se no final desse capítulo.

versam sobre a BNCC caminha nesse sentido. Por isso, organizamos esse capítulo em três partes. Na primeira, analisamos textos da base de dados que sequer mencionam a questão do neoliberalismo em suas abordagens. Na segunda parte, os trabalhos que fazem algum tipo de problematização da BNCC a partir do neoliberalismo. Finalmente, na terceira, apresentamos os textos que acolhem de forma mais aprofundada as questões do neoliberalismo que circundaram e ainda circundam a BNCC.

Estudos da infância e BNCC: textos que não problematizam a questão do neoliberalismo

Dos 25 textos sobre BNCC, analisamos nesse tópico nove estudos representativos da política curricular e que não apresentam argumentação a partir do pensamento neoliberal. São eles: Buss-Simão (2016); Aquino e Menezes (2016); Silva e Silva (2016); Barbosa *et al.* (2016); Barbosa, Miranda e Marques (2021); Guizzo e Almeida (2021); Costa e Nascimento (2021); Sobrinho e Bettiol (2022) e Weber (2022). Do quantitativo de nove estudos encontrados na referida base de dados, apenas um trabalho é uma dissertação de mestrado realizada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul. Dos sete artigos publicados, seis são publicações da *Revista Debate em Educação*² e um artigo na *Revista Ibero-Americana*³ de estudos em Educação. Apenas um estudo constitui um trabalho publicado apresentado no GT07 da ANPED.⁴

² *Debates em Educação* é uma revista do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), publicada exclusivamente online e de acesso aberto. Foi classificada como *qualis* A2 no quadriênio 2017-2020.

³ A *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação* (RIAEE) é um espaço editorial para artigos relacionados à grande área de Educação, em seus vários temas. Foi classificada como *qualis* A1 em Educação, na avaliação Capes do quadriênio 2017-2020.

⁴ O GT 07 da ANPED reúne um conjunto de produções científicas, políticas e mili-

Quadro 1 - Relação dos trabalhos encontrados na **Base de dados dos estudos da infância na grande área da educação entre 2000 e 2022**, que não problematizam a questão do neoliberalismo

Título	Palavras-chave	Autor/a/es/as	Tipo de Produção
Experiências sensoriais, expressivas, corporais e de movimento nos campos de experiências da BNCC para a Educação Infantil	Educação Infantil; Orientações Curriculares; Corpo.	Buss-Simão (2016)	Artigo
BNCC: tramas e enredos para a infância Brasileira	Infância. Experiência; Currículo.	Aquino e Menezes (2016)	Artigo
BNCC: um currículo integrador da infância Brasileira?	Educação Infantil. BNCC; Articulação Ensino Fundamental e Educação Infantil.	Silva e Silva (2016)	Artigo
O que é básico na BNCC para a Educação Infantil?	Educação Infantil; Base Nacional Comum.	Barbosa <i>et al.</i> (2016)	Artigo
BNCC: o brincar como direito e a gestão escolar na Educação Infantil	Gestão escolar; Desenvolvimento infantil; Brinquedoteca.	Barbosa, Miranda e Marques (2021)	Artigo
BNCC e Educação Infantil: uma discussão a partir dos estudos culturais	BNCC; Educação Infantil; Representação currículo.	Guizzo e Almeida (2021)	Artigo
Currículo da Educação Infantil e BNCC: um estudo de caso do município de Nova Iguaçu/RJ	BNCC; Política Curricular; Educação Infantil.	Costa e Nascimento (2021)	ANPED
Entre o “dito” e o “não dito”: uma análise crítica da BNCC e do RCA para a Educação Infantil na rede de educação do Amazonas	Educação infantil. BNCC; RCA; Discursos “ditos” e “não ditos”.	Sobrinho e Bettiol (2022)	Artigo

tantes em defesa da educação das crianças. É um campo interdisciplinar que agrega pesquisadores/as comprometidos/as com as questões políticas e educativas que dizem respeito às crianças. Um campo que vem se afirmando como interlocutor crítico e propositivo em relação às políticas públicas e suas pautas sociais/educativas na ANPED.

BNCC: impactos na organização curricular de uma unidade federal de Educação Infantil	Educação infantil; Currículo; BNCC.	Weber (2022)	Dissertação
--	-------------------------------------	--------------	-------------

Fonte: elaborado pelos autores, a partir da **Base de dados dos estudos da infância na grande área da educação entre 2000 e 2022** (Soares, 2023).

A dissertação de Weber (2022), o artigo de Sobrinho e Bettiol (2022) e o trabalho da ANPED de Costa e Nascimento (2021) apresentam uma discussão sobre a construção de currículo em diferentes localidades do país: um no Amazonas, outro no Rio de Janeiro e o último no Rio Grande do Sul. Essa diversidade, que nos apresenta um trabalho em cada ponto do país, já traz elementos importantes para levantar discussões sobre a macropolítica que orienta a construção de currículos em um contexto latino-americano plural. Tomando por base os resumos, observamos que os estudos apontam as limitações e potencialidades da BNCC em uma proposta que valoriza o protagonismo infantil a partir de uma interpretação da BNCC. Contudo, não há nenhuma discussão sobre os princípios dos estudos decoloniais como contraponto à política exclusivista neoliberal mundial, na qual coabita a predominância da lógica financeira e dos discursos, em que os sujeitos protagonistas se sobressaem como verdadeiros heróis nas narrativas pedagógicas do currículo no cotidiano. Adultos e crianças abandonadas, transformados em “população sobranete” na ordem do capital, mostram que temos que sair do discurso retórico em prol da educação das crianças e realizar a prioridade inadiável de assegurar educação de qualidade para todos.

São muitos os olhares, as reflexões, intenções, os desejos e documentos institucionais que buscam garantir uma Educação Infantil “de qualidade”, em que bebês e crianças são os protagonistas que se confrontam com a lógica da exclusão das múltiplas infâncias no país. O trabalho de Costa e Nascimento (2021) trata também de uma elaboração de proposta curricular. A constru-

ção do currículo, tendo a BNCC como aporte, acontece em um município do Rio de Janeiro e, assim como na proposta da tese citada anteriormente, sinaliza que não há como favorecer o protagonismo infantil diante de uma elaboração curricular que centraliza os conteúdos, e não a ação da criança.

Sobrinho e Bettiol (2022, p. 26) revelam, entre outras palavras, que “há maquinações que estão presentes no conteúdo dos documentos e que de forma sutil são mascaradas por um texto romântico e homogeneizador”. Todavia, apesar de percebermos avanços nas reflexões sobre o currículo a partir da BNCC, no texto não aparecem aprofundamentos e discussões claras e abertas sobre as “maquinações” e os efeitos das políticas hegemônicas que estão nas entrelinhas. A construção de um currículo é um aspecto de uma política educacional que seleciona saberes, conteúdos, competências e habilidades, decidindo e ordenando o quê, quando e o como se deve ensinar, ou seja, como deve ser esse currículo na prática. Isso implica concepções que asseguram e perpetuam formas de dominação que atravessam a escola, desde a Educação Infantil. Sabemos que não há relação de causa e efeito entre, por exemplo, preceitos legais e realidade social e educacional. A Lei pode representar avanço, mas é na luta política cotidiana na escola que o arcabouço legal vai sendo efetivado ou não. Assim, como estudos que discutem a temática do currículo e sua construção nos estados, municípios e nas unidades de E.I., como é o caso dos textos selecionados nessa categoria, se silenciam diante das diversidades e singularidades de cada território e evitam o debate epistemológico com as políticas neoliberais?

O artigo de Aquino e Menezes (2016) debate a segunda versão preliminar do documento da BNCC, publicado em 2016 pelo Ministério da Educação (MEC). O texto tem como propósito:

[...] provocar pensamentos e questionamentos numa perspectiva de contribuir para o debate que se estabelece em torno do referido documento e seus impactos no contexto da educação infantil Brasileira, especialmente no tocante

às narrativas instituídas (e instituintes) para tratar dos temas infância, experiência, educação infantil e currículo. Conclui-se questionando a necessidade e pertinência de uma base curricular nacional (Aquino; Menezes, 2016, p. 29).

Porém, sabemos que as diferentes versões publicadas da BNCC para a E.I. geraram muitas polêmicas no debate entre os pesquisadores da Educação, e, neste contexto, o texto não se posiciona frente às discussões que envolveram as políticas vigentes nesse período no Brasil. Ao situar esse conturbado período, em 2016, já estavam em pauta os conflitos políticos que resultaram no golpe, o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Nesse cenário, diferentes grupos reacionários, como, por exemplo, o “Escola sem partido”, pressionavam para a retirada de temas que envolviam as discussões de gênero, ensino religioso, entre outros. Por outro lado, grupos defendiam a manutenção das conquistas sobre a cultura afro-brasileira, povos originários, entre outras temáticas. Enfim, um momento efervescente em que as forças neoliberais evidenciavam ainda mais o currículo como um campo de disputas políticas, ideológicas, hegemônicas e excludentes. Resta-nos buscar e compreender por que, mesmo diante de um cenário favorável às discussões sobre as hegemonias, a política neoliberal, de forma clara, não é citada no artigo que faz uma abordagem importante da BNCC E.I. ao discutir conceitos e fundamentos do campo.

O artigo “O que é básico na BNCC para a Educação Infantil?” tem como autores os principais redatores da BNCC para a E.I.: Maria Carmen Silveira Barbosa, da UFRGS; Silvia Helena Vieira Cruz, da Faculdade de Educação – UFC; Paulo Sergio Fochi, da Unisinos, e Zilma de Moraes Ramos de Oliveira, da USP. O artigo faz um debate sobre a BNCC E.I. a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI (Brasil, 2010) e aponta caminhos para a implementação, evidenciando a formação docente como uma das estratégias potentes para isso. Contudo, apesar de vivenciarem as disputas entre as

versões iniciais escritas por eles na BNCC⁵ e a versão final por grupos de educação considerados neoliberais, o debate sobre o pensamento neoliberal no currículo não acontece no texto.

Os artigos de Barbosa, Miranda e Marques (2021), de Buss-Simão (2016) e de Silva e Silva (2016) apresentam temas bem específicos dentro do currículo, tais como o brincar e as brinquedotecas com elementos da cultura local, as práticas de corporeidade, os campos de experiências e a transição da E.I. para o ensino fundamental, a partir as implicações da BNCC. O debate é situado nesses temas, e não há avanços para as discussões sobre a própria organização curricular, o privilégio e o prestígio que algumas temáticas têm em relação às outras, estando vinculadas a princípios de poder, por exemplo. O artigo que trata das brinquedotecas traz possibilidades de pensar essa temática a partir de elementos locais, o que é muito interessante para um brincar com sentido para as crianças, diferente das práticas estruturantes e coloniais presentes desde o planejamento até a escolha dos materiais para as crianças brincarem.

Dessa maneira, perde-se a oportunidade de refletir sobre como o currículo transmite, por meio de suas escolhas, a cultura das classes dominantes, levando suas crianças privilegiadas a terem muitas vantagens em seus processos de escolarização. O índice de evasão das crianças das classes populares muitas vezes acontece não pelo déficit cultural, mas porque essas crianças possuem uma cultura diferente daquela que é incorporada pelo currículo e valorizada pela escola, reproduzindo, assim, as desigualdades existentes na sociedade capitalista. Trazer as discussões sobre a interseccionalidade na

5 Em novembro de 2023, os autores Paulo Fochi, Carmem Barbosa e Silvia Cruz participaram de um evento na UFMG promovido e coordenado por Monica Correia do NEPEI, atualizando os termos desse debate e considerando os dilemas da formação inicial e continuada dos docentes (ver debate abaixo sobre neossujeito proposto por Carvalho, Bernardo e Lopes, 2021) para a Educação Infantil. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/F2lMatp3DH4?si=AjMEk7PdMxzl4TG>.

educação é um imperativo para compreender e enfrentar as disparidades complexas presentes no currículo que afetam as experiências educacionais das crianças. Em nenhum dos textos foi encontrada menção a esse conceito.

O artigo de Guizzo e Almeida (2021) nos apresenta, como referencial teórico- metodológico, os estudos culturais em Educação, de viés pós-estruturalista. O texto mostra uma análise cultural da parte específica da BNCC sobre Educação Infantil, a partir de dois eixos: 1) crianças protagonistas e 2) crianças ocultadas na BNCC. Os resultados apontaram que há a reiteração de uma representação de criança ideal que experimenta, brinca e que tem seu desenvolvimento incentivado. Porém, ao mesmo tempo, praticamente não são evidenciadas representações de crianças que escapam a este ideal”. Com tantos elementos importantes no artigo para o diálogo com o pensamento crítico decolonial, não observamos aprofundamento no debate aberto com os princípios do liberalismo, como força que reproduz as representações coloniais das crianças e da infância. Conforme Paraíso (2023):

[...] na vertente dos estudos culturais, o currículo é entendido como um campo de luta em torno da cultura, da significação do social e da identidade. O currículo é assim, um espaço por excelência de representação de culturas, de grupos identitários e de diferenças. A *representação* é entendida como forma de inscrição, de apresentação de culturas, é uma forma de conhecimento e divulgação do outro. Por meio da representação no currículo, vemos e somos vistos, mostramos e somos mostrados, divulgamos e somos divulgados (Paraíso, 2023, p. 86).

Nesse sentido, faz-se importante pensar nas lutas dos grupos culturais e das próprias crianças, que não exercem poder na sociedade capitalista excludente, sexista e racista, pelo direito de se representar em sua inteireza. Desta forma, dá-se visibilidade aos elementos que podem ajudar na construção de um currículo crítico decolonial para a Educação Infantil, que seja verdadeiramente justo, inclusivo e sensível à interseccionalidade.

Estudos da infância e BNCC: textos que problematizam de alguma forma o neoliberalismo

Dos 25 textos⁶ sobre BNCC, analisamos nesse tópico 12 estudos que consideramos representativos da política curricular e que apresentam, em suas argumentações, uma apropriação apenas parcial do debate sobre o neoliberalismo. São eles: Tiriba e Flores (2016); Souza e Carvalho (2022); Ferreira (2019); Ghidini (2020); Mota (2019); Liz (2021); Abramowicz, Cruz e Moruzzi (2016); Santos e Macedo (2021); Soares (2021); Moimás e Araújo (2022); Carvalho, Bernardo e Lopes (2021) e Silva e Loureiro (2020).

Quadro 2 - Relação dos trabalhos encontrados na **Base de dados dos estudos da infância na grande área da educação entre 2000 e 2022**, que problematizam de alguma forma o neoliberalismo.

Título	Palavras-chave	Autor/a/es/as	Tipo de produção
A Educação Infantil no contexto da Base Nacional Comum Curricular: em defesa das crianças como seres da natureza, herdeiras das tradições culturais Brasileiras	Base Nacional Curricular Comum; Educação Infantil; Relações entre seres humanos e Natureza.	Tiriba e Flores (2016)	Artigo
“Cadê a criança negra que estava aqui?”: da visibilidade seletiva ao apagamento da criança negra na BNCC	Criança negra; Racismo; BNCC; Educação.	Souza e Carvalho (2022)	Artigo
Base Nacional Comum Curricular para 04 a 06 anos: os efeitos camuflados	BNCC; Base Comum; Educação Infantil; 04 a 06 Anos.	Ferreira (2019)	Dissertação

6 Ver lista completa no final do capítulo.

Campos de experiência na BNCC e suas implicações na construção de um currículo para a Educação Infantil	Campos de Experiência; Direitos de aprendizagem e desenvolvimento; Educação Infantil; Infância; Políticas Educacionais.	Ghidini (2020)	Dissertação
A BNCC e a Educação Infantil: algumas provocações e um ponto de ancoragem	Educação Infantil; BNCC; campos de experiência.	Mota (2019)	Trabalho ANPEd
Professores de educação física na Educação Infantil e a discussão sobre a BNCC	Políticas Educacionais; Base Nacional Comum Curricular; Educação Física; Educação Infantil.	Liz (2021)	Dissertação
Alguns apontamentos: a quem interessa a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil?	Educação Infantil; Base Nacional Comum Curricular; Diferenças.	Abramowicz, Cruz e Moruzzi (2016)	Artigo
BNCC para a Educação Infantil e a urgência de resistências	Crianças pequenas; Currículo; Emancipação.	Santos e Macedo (2021)	Artigo
Pesquisa sobre políticas curriculares para Educação Infantil: algumas questões epistemológicas no contexto da BNCC	Pesquisas; Políticas curriculares; Educação Infantil; BNCC.	Soares (2021)	Artigo
Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil: retomando proposições e ampliando o debate	Educação Infantil; Currículo; Base Nacional Comum Curricular.	Moimás e Araújo (2022)	Artigo
Educação Infantil pós-BNCC e a produção do neossujeito docente em documentos curriculares municipais	Educação Infantil; Currículo; Docência; Políticas curriculares.	Carvalho, Bernardo e Lopes (2021)	Artigo

As vozes de professores-pesquisadores do campo da Educação Ambiental sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação Infantil ao Ensino Fundamental	Educação ambiental; BNCC; Currículo; Políticas públicas.	Silva e Loureiro (2020)	Artigo
---	--	-------------------------	--------

Fonte: elaborado pelos autores a partir da **Base de dados dos estudos da infância na grande área da educação entre 2000 e 2022** (Soares, 2023).

O texto de Tiriba e Flores (2016) faz uma crítica à BNCC, afirmando que esse documento não contemplou os povos e as comunidades tradicionais Brasileiras, mas serve a uma lógica neoliberal, colonizadora e dominante. Assim, tendo o filósofo Espinosa (2009) como referência, as autoras defendem o equilíbrio entre a natureza e os seres humanos, que deve ser aprendido desde tenra idade.

Em um contexto neoliberal, em que as crianças são chamadas a responder a demandas externas – do mundo adulto, do mundo do trabalho, do mundo da produção – precisamos de um projeto de educação que seja libertador da lógica perversa que alimenta e reproduz o antropocentrismo, o racionalismo, o individualismo, o consumismo e o desperdício, elementos que estão no centro e que dão sustentação ao modo de produção que vem devastando o Planeta (Tiriba; Flores, 2016, p. 22).

Já o artigo de Souza e Carvalho (2022) aponta uma denúncia forte e necessária à BNCC, expondo a ausência de temas inerentes à educação racial na primeira infância. Os autores defendem a necessidade de um currículo que conceba experiências culturais, territoriais, políticas, históricas, sociais e emocionais, também voltadas para as infâncias negras e plurais. Sustentam, ainda, que a BNCC parte de uma opção política que está atrelada ao racismo sistêmico e à “couraça neocolonial”. O documento, que mostra a universalização de um tipo de in-

fância neoliberal, deixou de destacar o lugar da criança negra e as suas especificidades, apagando-as do processo educativo. Segundo Souza e Carvalho (2022, p. 20): “Educar a criança negra não é fornecer-lhe uma focinheira neocolonial”. A dissertação de Ferreira (2019) problematiza o texto da BNCC referente às concepções que conduzirão as propostas curriculares das crianças de 4 a 6 anos. A autora afirma haver interesses camuflados no texto final, o que ela chamará de “concepções camaleônicas”. Enfatiza, também, que na redação das primeiras versões da base, havia espaço para contribuições dos especialistas e participação da comunidade. Posteriormente, essas vozes foram trocadas pelos discursos políticos, econômicos e sociais, atrelados à camuflagem das métricas neoliberais. Esse processo sobreveio após o Vice-Presidente Michel Temer assumir a presidência da República, em 2016.

Já Ghidini (2020), mesmo apresentando referências teóricas que criticam o neoliberalismo, conclui, em sua pesquisa, que a BNCC da Educação Infantil traz ganhos, pois possibilita, na visão da autora, o desenvolvimento das crianças, assegurando os seus direitos de aprendizado. Na BNCC da Educação Infantil, constam os “campos de experiência” como sustentáculo para a construção curricular, diferentemente das “competências” que são propostas para os ensinos Fundamental e Médio. Afirma-se que o documento apresenta possibilidades de reformulações pedagógicas e dá-se liberdade para as comunidades escolares construir os seus próprios Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), levando-se em conta um currículo vivo e ativo, construído e pensado com a criança e para a criança. O trabalho de Mota (2019) é uma pesquisa em andamento que busca compreender os efeitos das políticas públicas nacionais para a Educação Infantil. Nesta perspectiva, partindo-se da análise textual da BNCC, a autora tece uma crítica à proposta padronizada, instrumental e universalizada do documento, apontando sua forte ligação com a racionalidade neoliberal. Mota (2019) apresenta-nos os

campos de experiência como “ponto de ancoragem” e como possibilidades de abertura para pensar os currículos da Educação Infantil para além da lógica neoliberal.

Liz (2021), por sua vez, mostra a escassez de trabalhos científicos que versam sobre a relação entre Educação Física, Educação Infantil e a BNCC. A autora evidencia, ainda que os profissionais da área de Educação Física não foram contemplados pela base. Todavia, em sua revisão bibliográfica, aponta a apropriação da BNCC pelas fundações privadas, por meio do “Movimento pela Base”, indicando como os neoliberais ou ultraliberais usam o Estado e a democracia formal para defenderem os seus interesses. O trabalho de Carvalho, Bernardo e Lopes (2021) destaca uma visão crítica a respeito do “novo” docente exigido pela BNCC, que podemos nomear como “neodocente da base”. Assim, baseados em Dardot e Laval (2016), os autores apresentam o conceito do “neossujeito contemporâneo”, fruto de uma racionalidade neoliberal que está sendo transposta por ações privatistas para o campo da educação pública. “Este é um sujeito livre, flexível, ativo, autônomo, empreendedor de si mesmo, aberto a mudanças, disposto a aprender e engajado em autoavaliações permanentes de seu desempenho como docente” (Carvalho; Bernardo; Lopes, 2021, p. 21), sempre mergulhado em uma falsa autonomia e liberdade de escolha.

O artigo de Abramowicz, Cruz e Moruzzi (2016) reflete, pela ótica dos estudos contemporâneos da infância, quais são os significados, interesses políticos, econômicos e sociais da BNCC para a Educação Infantil. As autoras defendem que a proposta está inserida na esfera das políticas neoliberais e na lógica privatista da educação, afirmando que um currículo mínimo universalizado não é capaz de melhorar a qualidade da educação e nem trazer desenvolvimento. Ao contrário, esse currículo serve ao imaginário neoliberal e trabalha para “construir estratégias nas quais as diferenças não façam nenhuma diferença, ao mesmo tempo em

que as disputas e concepções fiquem circunscritas ao currículo” (Abramowicz; Cruz; Moruzzi, 2016, p. 46). O trabalho de Soares (2021), de caráter teórico-bibliográfico, busca compreender como pesquisadores têm se apropriado ou não, em seus trabalhos, das contribuições de Michael Apple, Stephen Ball e Stuart Hall, autores imprescindíveis no campo dos estudos curriculares e, conseqüentemente, importantes para as interpretações necessárias à BNCC. Soares (2021) afirma que, nos ambientes escolares, nas escolhas pedagógicas e nas demarcações de políticas públicas, a lógica de mercado se faz cada vez mais presente e atuante.

Parece que as políticas do Estado Nação para os campos social, econômico e educacional tendem ao desaparecimento a partir da ação deliberada de redes e de grupos com forte perspectiva neoliberal que trabalham diuturnamente para que os propósitos sociais da educação sejam definitivamente abandonados (Soares, 2021, p. 137).

Moimás e Araújo (2022), por meio da pesquisa bibliográfica e documental, concluem, também, que o texto e a construção da BNCC apresentam um retrocesso na Educação Infantil, com forte tendência a desorganizar toda a luta e os conhecimentos já acumulados no campo. As políticas econômicas neoliberais convertem a educação em mercadoria, silenciam a educação emancipatória, ignoram os marcadores de diferença – raça, etnia, religião, gênero, idade e classe social – e escusamente buscam a “formação dos indivíduos para se tornarem trabalhadores/as desejáveis e consumidores úteis, adaptados ao sistema vigente, pouco questionadores/as e partícipes da transformação da realidade” (Moimás; Araújo, 2022, p. 55).

O título do artigo de Santos e Macedo (2021) já anuncia a urgência de resistência à BNCC para a Educação Infantil. As autoras trabalham os “embustes” de um currículo universal e a extrema importância de considerar os marcadores sociais de diferenças para uma educação verdadeiramente emancipatória. Afirmam, ainda, que o avanço das políti-

cas neoliberais não só está transformando a educação, mas também as próprias crianças, em mercadoria.

Defendemos que o dia a dia nas instituições educativas da infância contemple uma vida com arte, alegria e brincadeira em que coletivamente e, em relação de reciprocidade com a sociedade adulta, construam as culturas infantis, vivam o presente, tenham suas infâncias respeitadas e não sejam sacrificadas em nome de uma preparação para o futuro (Santos; Macedo, 2021, p. 11).

Silva e Loureiro (2020), ao entrevistarem oito pesquisadores do campo da educação ambiental a respeito da BNCC, em seu artigo, também concluem que esse documento oficial está a serviço de uma lógica neoliberal e meritocrática, caminhando para um currículo mínimo e superficial, voltado ao imperativo do mercado. Desta forma, pela redução de conteúdos críticos, estamos vivenciando ainda mais a precarização e a privatização da educação em nosso país. Os autores afirmam que o documento silencia problemas socioambientais que geram injustiças sociais, destroem o meio ambiente, aprofunda as desigualdades e favorece grupos opressores hegemônicos (Silva; Loureiro, 2020).

Estudos da infância e BNCC: textos que problematizam questões do neoliberalismo

Dos 25 textos⁷ sobre a BNCC, analisamos nesse tópico quatro estudos que consideramos representativos da política curricular e que apresentam, em argumentação, uma apropriação apenas parcial do debate sobre o neoliberalismo. São eles: Oliveira (2019), Melo (2018), Rosa (2019) e Santos, Vieira e Silva (2021).

⁷ Ver lista completa no final do capítulo.

Quadro 3 - Relação dos trabalhos encontrados na **Base de dados dos estudos da infância na grande área da educação entre 2000 e 2022**, que problematizam questões do neoliberalismo

Título	Palavras- chave	Autor/a/es/as	Tipo de Produção
Políticas curriculares para a Educação Infantil: o caso da BNCC (2015-2017)	Educação Infantil; Políticas Curriculares; Políticas Educacionais; Base Nacional Comum Curricular; BNCC.	Oliveira (2019)	Dissertação
Políticas para a Educação Infantil: o lugar da consciência fonológica na Base Nacional Comum Curricular	Consciência Fonológica; BNCC. Políticas Públicas Educacionais. Educação Infantil.	Mello (2018)	Dissertação
Continuidades e discontinuidades nas versões da BNCC para a Educação Infantil	Base Nacional Comum Curricular – BNCC; Continuidades e discontinuidades da BNCC; Educação Infantil. Política educacional.	Rosa (2019)	Dissertação
As políticas curriculares BNCC e BNC - Formação no contexto da Educação Infantil: reflexos para a educação das relações étnico-raciais	Educação Infantil; BNCC; BNC-Formação; Relações étnico-raciais.	Santos, Vieira e Silva (2021)	Artigo

Fonte: elaborado pelos autores, a partir da **Base de dados dos estudos da infância entre 2000 e 2022** (Soares, 2023).

Oliveira (2019) analisa as políticas curriculares para a Educação Infantil entre os anos de 2015 e 2017, a partir dos termos avaliação, habilidade e competência. A autora, então: discute o papel do Estado na elaboração, proposição e no monitoramento de propostas curriculares; problematiza a relação entre o Estado Brasileiro e os organismos internacionais como o Banco Mundial, dentre outros, e analisa a presença dos termos-chave examinados na BNCC para a Educação Infantil. A abordagem desenvolvida é histórica e compreende temas locais e par-

ticulares à luz de uma totalidade contraditória e dialética. A questão de um currículo para a Educação Infantil é analisada tendo como foco documentos oficiais do Estado Brasileiro e documentos do Banco Mundial, entre os anos de 1990 e 2017. O acolhimento do paradigma das habilidades e competências sob o prisma da avaliação revela o predomínio dos interesses de mercado na BNCC como um todo. No caso da Educação Infantil, ocorrem embates e disputas que asseguram o objetivo central dessa etapa da educação básica, que deve buscar a formação humana dos bebês e das crianças pequenas.

Entre 2000 e 2017, conforme revela o estudo de Oliveira (2019), os pressupostos neoliberais, centrados na lógica do mercado capitalista, predominam nas reformas educacionais no Brasil. A oferta de Educação Infantil, como política social praticada no Brasil, sofreu o que Fúlvia Rosenberg (2003) chama de efeito Sísifo, ou seja, zigue-zague, diante dos ajustes neoliberais que afetaram o Estado Brasileiro. Tendo como base o pensamento de David Harvey, a autora define o neoliberalismo como corrente de pensamento, doutrina de administração, projeto de restabelecimento da acumulação de capitais ou teoria ideológica do sistema capitalista, na qual a suposta liberdade individual para agir, empreender e atuar no livre mercado, poderia garantir bem-estar humano cada vez mais crescente. Nesse cenário, as políticas públicas e sociais admitidas são apenas e tão somente aquelas com conteúdo focalizado e compensatório, uma vez que partem do pressuposto de que o sistema é bom, mas que as pessoas não estão devidamente educadas e preparadas para fazê-lo funcionar bem e melhor. O combate à pobreza, por exemplo, é visto como medida emergencial para amenizar e mitigar o problema, visto que o pobre é responsável por sua pobreza.

Nesse sentido, o neoliberalismo vai se tornando hegemônico, apesar das tensões existentes entre os liberais, que admitem um estado do bem-estar social, burocrático, liberal, democrático etc. Os neoliberais, por

sua vez, demonizam o Estado, defendem a redução de seu papel ao mínimo do mínimo, ideologizam a vida social, promovem ampla difusão da livre iniciativa, articulam-se com neoconservadores, mundializam o interesse do capital e buscam dominar o campo educacional. No Brasil, as reformas educacionais ocorridas a partir de 1990 foram amplamente dominadas pela agenda neoliberal e centradas na noção de rendimento avaliado e de avaliação rentável. O discurso da educação para todos não significa educação emancipatória para todos. Na Educação Infantil, os avanços na legislação ainda não significaram avanços concretos no que se refere à formação humana integral garantida para todas as crianças Brasileiras.

Para aproximar os dois lados da mesma moeda, ou seja, o lado das intenções consagradas na legislação e o lado da realidade concreta da oferta de Educação Infantil em todo o Brasil, a ação do Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (MIEIB) tem sido importante para resistir à sanha gulosa dos neoliberais (Oliveira, 2019). No ano de 2002, na campanha presidencial, o MIEIB participou das discussões de propostas para: 1) definir a política de financiamento; 2) fazer valer o padrão de qualidade; 3) estabelecer um sistema de informação que permita conhecer as crianças Brasileiras; 4) garantir acesso à escola dos filhos da classe trabalhadora; 5) exigir formação e habilitação dos profissionais da Educação Infantil, e 6) articular ministérios em torno de uma política integrada para a infância e a juventude. Lula da Silva e sua equipe de campanha, naquele ano, assumiram o compromisso com a proposta de universalizar a pré-escola através de financiamento público, na contramão das políticas educacionais neoliberais.

O debate que Mello (2018) propõe sobre a BNCC também parte de uma análise do contexto neoliberal em que vivemos, a partir das contribuições de Dardot e Laval (2016), dentre outros. Para a autora, a Educação Infantil sofre reflexos da economia capitalista, da globalização e do

neoliberalismo, em que o direito à educação e à escola pública sofre todo tipo de ataque para favorecer os grupos e as forças do mercado. Nesse movimento de hegemonia, uma racionalidade vai se estruturando para guiar, ao mesmo tempo, a ação dos governantes e a conduta dos governados.

Para isso, uma ampla difusão de ideias e valores, ancorados na competição e na lógica empresarial, busca conquistar mentes e corações em prol da redução dos gastos públicos, o que gera, na verdade, o aumento das desigualdades sociais, raciais e educacionais. O individualismo utilitarista apregoado cresce na mesma proporção da desigualdade iníqua, comprometendo sobremaneira o destino das populações pobres que mais precisam da escola pública de qualidade. Nesse quadro, diplomas e documentos legais acabam ficando desacreditados e até mesmo desmoralizados em função de sua não efetividade com amplas parcelas da população. Assim, as contradições entre o discurso genérico e inclusivo em torno da BNCC e a realidade concreta da educação nacional em suas múltiplas facetas são evidenciadas por Mello (2018).

Em torno da elaboração, da aprovação e da implementação da BNCC nas escolas, uma rede de interesses foi se formando. Rosa (2019) pontua, a partir dos estudos de Ball (2014), dentre outros, que quatro grupos principais se articularam e disputaram posições: populistas autoritários, neoconservadores, neoliberais e intelectuais de classe média. A pactuação entre estados e municípios, sob a liderança de atores políticos do Governo Federal que aglutinaram a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), possibilitou a aprovação da BNCC após diversas versões desse documento curricular. Neste, predominou-se o paradigma da aprendizagem por meio de habilidades e competências contra o paradigma da educação, pelo princípio da formação humana integral e integradas. O “Movimento Todos pela Base”, capitaneado pelo “Movimento Todos pela Educação”, reuniu grupos empresariais popu-

listas, liberais e conservadores que abraçaram o discurso em prol da mudança da educação pública, a partir da ação benemerita da filantropia empresarial. No fundo, os ideais do neoliberalismo mobilizaram o grupo dos empresários e gestores que prevaleceram amplamente sobre o grupo dos intelectuais críticos. Ou seja, sujeitos bem-intencionados acabaram sucumbindo diante da força hegemônica dos capitalistas, que avançam sem pudor e cada vez mais sobre a escola pública, manipulando as políticas educacionais.

Santos, Vieira e Silva (2022), tomando como base os estudos de Quijano (2005) e Fanon (1983), dentre outros, evidenciam como o campo do currículo é um campo de disputa que afeta as crianças oriundas das classes trabalhadoras, que são, na maioria, crianças negras. A BNCC aprovada e hegemônica busca, portanto, segundo os autores, formar seres dóceis, submissos e subalternos. Ao negar a identidade negra e rotular as escolas públicas como improdutivas, os grupos neoliberais contribuem para acirrar as desigualdades sociais e raciais na sociedade Brasileiras. Destarte, com a análise da BNCC, os autores analisam a BNC-formação e mostram que os dois documentos curriculares atendem amplamente aos interesses do capital, camuflados pelo discurso de que estamos todos unidos pela educação nacional. Na realidade, ao substituir o direito à educação pelo direito à aprendizagem e restringir as funções sociais da escola pública, desde a Educação Infantil, o projeto neoliberal com forte viés economicista não acolhe um projeto de educação antirracista e faz aumentar as desigualdades raciais e educacionais entre as crianças Brasileiras.

Considerações finais

A análise crítica de 25 estudos sobre a BNCC, que tematizam de alguma forma a questão contemporânea do neoliberalismo, revela uma disparidade no tratamento do pensamento neoliberal. Em nove traba-

lhos examinados, ou seja, 36% deles, nenhum faz uma discussão crítica a partir da perspectiva neoliberal. Já em outros 12 estudos, ou seja, 48% deles, a abordagem dos princípios do neoliberalismo acontece de maneira superficial. Em apenas quatro estudos examinados, ou seja, 16% do total de publicações, existem evidências de uma apropriação parcial do debate sobre o neoliberalismo, destacando suas implicações no *corpus* analisado. Essa ausência de um aprofundamento da questão do neoliberalismo nos estudos sobre o currículo e a BNCC para a Educação Infantil é problemática e merece a atenção dos pesquisadores dos campos do currículo, da Educação Infantil e dos estudos da infância.

A partir dos trabalhos selecionados e examinados, torna-se evidente e preocupante tal lacuna em nossas produções acadêmicas acerca da BNCC nos estudos da infância na grande área da educação. A busca por uma Educação Infantil de qualidade, em sintonia com a realidade social das diversas instituições pelo Brasil, é perceptível em inúmeros olhares, pensamentos, intenções e documentos oficiais e institucionais. Contudo, a macropolítica curricular tem demonstrado sua ineficácia ao negligenciar as territorialidades e as especificidades de gênero, etnias e outros marcadores sociais.

Diante disso, o enfoque crítico decolonial, pós-colonial e/ou contracolonial surge como um caminho relevante para compreender as crianças Brasileiras, latino-americanas e caribenhas, por meio de uma crítica ao neoliberalismo, entendido como um capitalismo exacerbado que explora e negligencia as crianças mais necessitadas, as crianças matriculadas nas escolas públicas, especialmente na Educação Infantil. Ao afirmar que a BNCC negligenciou essas crianças, reconhecemos avanços na proposta da Educação Infantil, porém, os consideramos insuficientes, uma vez que não contemplaram a radicalidade de uma abordagem pedagógica descolonizadora voltada para as populações negras, periféricas, indígenas, pobres, e para as crianças provenientes da classe trabalhadora.

A ausência de um olhar crítico e decolonial na BNCC-Educação Infantil revela uma abordagem genérica e imaginária da criança, desconsiderando-se sua ancestralidade e marginalizando a maioria das crianças Brasileiras, que são latino-americanas, concretas e vivem nas escolas públicas. A análise dos pesquisadores, por vez, também se limita a entrelinhas, silenciando epistemologias importantes e fortalecendo o pensamento hegemônico, até mesmo nas universidades.

O presente artigo, elaborado por várias mãos, almeja lançar luz sobre essa problemática, buscando contribuições e promovendo continuidade nos estudos para a construção de um currículo crítico e decolonial destinado aos nossos bebês, às crianças e às professoras da infância. Ao priorizar uma abordagem interseccional, que considera as diferenças de classe, raça, gênero, territorialidade, entre outros, vislumbramos a construção de uma Educação Infantil mais inclusiva, justa e alinhada com as necessidades reais das crianças que compõem o panorama educacional Brasileiro. A análise dos estudos revela heterogeneidade nas abordagens em relação ao pensamento neoliberal. A ausência de argumentação fundamentada a partir dessa perspectiva nos trabalhos indica uma possível lacuna na literatura, sugerindo a necessidade de uma maior diversidade de vozes e perspectivas no debate acadêmico.

Referências

ALVES, Nilda. Sobre a possibilidade e a necessidade curricular de uma Base Nacional Comum. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 1464 – 1479, out./dez. 2014.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BALL, Stephen. **Educação Global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Trad. Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BARBOSA, Ivone Garcia; SILVEIRA, Telma Aparecida Teles Martins; SOARES, Marcos Antônio. A BNCC da Educação Infantil e suas contradições: regulação versus autonomia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 77-90, maio 2019.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília: MEC/CNE, 2010.

COUBE, André Luiz da Silva. **BNCC:** política de currículo neoliberal. 13ª Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscara branca**. Rio de Janeiro: Factor.1983.

FAVACHO, André Picanço. O que há de novo nas disputas curriculares? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n.120, jul./set. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Currículos:** teorias e políticas. São Paulo: Contexto, 2023.160 p. (Coleção Educação nas Universidades).

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO, 2005.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Feminismo Negro e Interseccionalidade em Periódicos Brasileiros (1992-2020). **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 2, p. e92874, 2023.

ROSEMBERG, Fúlvia. Sísifo e a Educação Infantil Brasileira. **Pro-Posições**, v. 14, n. 1, p. 40 - jan/abr. 2003.

SOARES, Ademilson de Sousa. **Base de dados dos estudos da infância na grande área da Educação**. Belo Horizonte: UFMG-FAE-NEPEI, 2023. (Arquivos da pesquisa).

SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SÜSSEKIND, Maria Luiza. As (im) possibilidades de uma Base Comum Nacional. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.12, n. 03, p. 1512-1529, out./dez. 2014.

Textos sobre a BNCC encontrados na base de dados e analisados neste capítulo

ABRAMOWICZ, Anete; CRUZ, Ana Cristina J.; MORUZZI, Andrea Braga. Alguns apontamentos: a quem interessa a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil? **Debates em Educação**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 46, 2016. DOI: 10.28998/2175-6600.2016v8n16p46. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/>

view/2385. Acesso em: 15 nov. 2023.

AQUINO, Ligia Maria Leão de; MENEZES, Flávia Maria de. Base Nacional Comum Curricular: tramas e enredos para a infância Brasileira. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 30, 2016. DOI: 10.28998/2175-6600.2016v8n16p30. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/2409>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BARBOSA, Carla Silveira; MIRANDA, Marcos Cesar Rodrigues de; MARQUES, Rosebelly Nunes. Base Nacional Comum Curricular: o brincar como direito e a gestão escolar na Educação Infantil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 4, p. 2922–2947, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16i4.15681. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15681>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; CRUZ, Silvia Helena Vieira; FOCHI, Paulo Sergio; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. O que é básico na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil? **Debates em Educação**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 11, 2016. DOI: 10.28998/2175-6600.2016v8n16p11. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/2492>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BUSS-SIMÃO, Marcia. Experiências sensoriais, expressivas, corporais e de movimento nos campos de experiências da Base Nacional Comum Curricular para educação infantil. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 184, 2016. DOI: 10.28998/2175-6600.2016v8n16p184. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/2405>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de; BERNARDO, Gertrudes Angélica Vargas; LOPES, Amanda de Oliveira. Educação Infantil pós-BNCC e a produção do neossujeito docente em documentos curriculares municipais. **Debates em Educação**, UFAL, v. 13, n. 33, set./dez. 2021.

COSTA, Rejane Peres Neto; NASCIMENTO, Anelise Monteiro do. Currículo da Educação Infantil e BNCC: um estudo de caso do município de Nova Iguaçu/RJ (2021) 9739. Resumo expandido. GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos. **40ª Reunião Nacional da ANPEd** (2021). ISSN: 2447-2808.

FERREIRA, Michella Adriana Bibiano. **Base Nacional Comum Curricular para 04 a 06 anos: os efeitos camuflados**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNIVALI, Itajaí-SC, 2019.

GHIDINI, Natália de Almeida. A. **Campos de experiência na BNCC e suas implicações na construção de um currículo para a Educação Infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UPF, Passo Fundo-RS, 2020.

GUIZZO, Bianca Salazar; ALMEIDA, Vanessa da Silva. Base Nacional Comum Curricular e Educação Infantil: uma discussão a partir dos Estudos Culturais. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 13, n. 33, p. 15-32, 2021. DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13n33p15-32. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12640>. Acesso em: 15 nov. 2023.

LIZ, Luiza Oliveira de. **Professores de Educação Física na Educação Infantil e a discussão sobre a BNCC**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNESC, Florianópolis 2021.

MELLO, Ana Paula Barbieri. **Políticas para Educação Infantil: O Lugar da Consciência Fonológica na Base Nacional Comum Curricular.** Dissertação (Mestrado em Educação) – URI, Erechim, 2018.

MOIMÁS, Juliana Xavier; ARAÚJO, Luciana Aparecida. **Base nacional comum curricular para a Educação Infantil: retomando proposições e ampliando o debate.** Debates em Educação, UFAL, 2022.

MOTA, Maria Renata Alonso. **A BNCC e a Educação Infantil: Algumas provocações e um ponto de ancoragem.** GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos. 39ª Reunião Anual da ANPED, 2019.

OLIVEIRA, Poliana Ferreira de. **Políticas curriculares para a Educação Infantil: o caso da BNCC (2015 a 2017).** Dissertação (Mestrado em Educação) – UEM, Maringá, 2019.

ROSA, Luciane Oliveira da. **Continuidades e descontinuidades nas versões da BNCC para a Educação Infantil.** Dissertação (Mestrado em Educação) – UNIVALI, Itajaí, 2019.

SANTOS, Joedson Brito dos; VIEIRA, Emilia Peixoto; SILVA, Tarcia Regina da. **As políticas curriculares BNCC e BNC - formação no contexto da Educação Infantil: reflexos para a educação das relações étnico-raciais.** Debates em Educação, UFAL, 2022.

SANTOS, Solange Estanislau dos; MACEDO, Elina Elias. **BNCC para a Educação Infantil e a urgência de resistências.** Debates em Educação, UFAL, 2021.

SILVA, Silvana do Nascimento; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **As vozes de professores-pesquisadores do campo da educação ambiental sobre a base nacional comum curricular (BNCC): Educação In-**

fantil ao Ensino Fundamental. **Ciência & Educação**, UNESP, 2020.

SILVA, Suely Amaral Mello; SILVA, Greice Ferreira da. BNCC: um currículo integrador da infância Brasileira? **Debates em Educação**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 66, 2016. DOI: 10.28998/2175-6600.2016v8n16p66. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/2432>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SOARES, Ademilson de Sousa. Pesquisa sobre políticas curriculares para Educação Infantil: algumas questões epistemológicas no contexto da BNCC. **Debates em Educação**, UFAL, 2021.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarac; BETTIOL, Célia Aparecida. Entre o “dito” e o “não-dito”: uma análise crítica da BNCC e do RCA para a educação infantil na rede de educação do Amazonas. **Debates Em Educação**, n. 1, p. 26–43, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2022v14nEsp26-43>. Acesso em 12 ago. 2023.

SOUZA, Ellen de Lima; CARVALHO, Alexandre Filordi de. “Cadê a criança negra que estava aqui?” da visibilidade seletiva ao apagamento da criança negra na BNCC. **Debates em Educação**, UFAL, 2022.

TIRIBA, Léa; FLORES, Maria Luiza Rodrigues. A Educação Infantil no contexto da base nacional comum curricular: em defesa das crianças como seres da natureza, herdeiras das tradições culturais Brasileiras. **Revista Debates em Educação**, UFAL, 2016.

WEBER, Karine. **Base Nacional Comum Curricular: impactos na organização curricular de uma unidade federal de educação infantil**. Santa Maria – RS: UFSM (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/24680>. Acesso em 12 ago. 2023.